

Título: Minas Gerais e o mercado global do café: concentração, internacionalização e financeirização da produção e das terras

Autora: Luiza Borges Dulci

Filiação institucional: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Integra o Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap).

Resumo:

Este estudo analisa o processo de concentração e internacionalização da produção do café em Minas Gerais, impulsionado pela desregulamentação do mercado cafeeiro nos anos 1990. Minas se insere de forma desigual na rede de produção global do grão, pois processamento e comercialização são, em grande medida, controlados por multinacionais do sistema agroalimentar. Estas estão presentes na produção e no mercado de terras e associam-se ao capital nacional em diversos arranjos produtivos e financeiros com vistas à extração da renda da terra. Tais questões problematizam a economia política (agrária) contemporânea e se ligam à temas clássicos deste campo de estudos.

Palavras-chave: Café; Minas Gerais; Rede de Produção Global; Mercado de terras; Internacionalização.

Área temática: Relações Econômicas Internacionais

Financiamento: O artigo é fruto de pesquisa realizada com apoio financeiro da Capes.

1. Introdução

Terra, capital e trabalho compõem a clássica tríade dos fatores de produção que embasam as análises e cálculos econômicos desde a Economia Política, não havendo, portanto, atividade econômica que prescindia da combinação destes fatores. A globalização tem provocado transformações na forma de interação entre eles, interações essas muito marcadas pela multiescalaridade e pela desigualdade ao redor do globo. Nesta seara, os processos ligados ao setor rural apresentam singularidades em razão do crescimento do interesse e da busca por terras em todo o mundo, especialmente em razão da demanda por alimentos, agroenergias e matérias-primas na atualidade. Sabe-se que a maior parte dos estudos sobre a globalização privilegia a análise dos movimentos do capital em detrimento do trabalho. A terra é ainda menos estudada, apesar de ser peça-chave para a compreensão da dinâmica capitalista contemporânea.

Nesse sentido, o presente estudo analisa o processo de concentração e internacionalização da produção do café no estado de Minas Gerais na atualidade. A desregulamentação do mercado cafeeiro brasileiro na virada dos anos 1980 para os anos 1990 provocou a abertura deste mercado para empresas estrangeiras, que hoje controlam boa parte da produção e do processamento do café e têm avançado sobre o mercado de terras, seja para fins produtivos, seja para fins especulativos.

Williams et al (2013) analisam o processo de globalização na contemporaneidade e propõem uma definição tridimensional para o fenômeno. Este seria, ao mesmo tempo, um *processo*, um *projeto* e uma *prática*. O processo dá a dimensão estrutural da globalização, já o projeto e a prática são fruto da agência dos atores que encontram-se em posições de poder estratégicas, capazes de orientar a interação local-global a favor da globalização. Ou seja, no sentido de maior desintegração espacial e maior integração processual e organizacional da produção. Esta proposta conceitual nos parece bastante profícua para analisar o processo de internacionalização da produção cafeeira mineira. Conforme apontam os autores, o capital transnacional e as elites empresariais organizam suas práticas com vistas ao projeto maior da globalização, colocando em movimento o processo de internacionalização do capital, do trabalho e das terras.

De fato, o debate sobre a globalização na agricultura é bastante atual. Contudo, sabe-se que sua internacionalização não é novidade, pois já na década de 1870 estruturou-se o primeiro regime agroalimentar mundial (FRIEDMANN, 1982; FRIEDMANN e MCMICHAEL, 1989). Além de ter nascido como um sistema global, de lá para cá tal internacionalização só fez crescer. A esse fenômeno aliou-se outro: o processo de oligopolização dos chamados complexos agroindustriais, que vai desde o processamento até a distribuição dos produtos pelas redes de mercados e supermercados. Da mesma forma, não é de hoje que o capitalismo faz uso da expansão das fronteiras territoriais como forma de conter crises e aumentar os lucros, se aproveitando sobretudo das barreiras ambientais e laborais geralmente mais frouxas nas regiões localizadas na fronteira do desenvolvimento (LUXEMBURGO, 1985; HARVEY, 2004).

Com vistas a analisar o processo de internacionalização da produção cafeeira de Minas Gerais, o presente artigo está estruturado em três seções, além desta Introdução. A primeira delas traz reflexões teóricas sobre a dinâmica capitalista contemporânea, em especial no que diz respeito às características do atual sistema agroalimentar e dos processos de financeirização da produção agrícola e do mercado de terras. Em seguida, a segunda seção analisa dados sobre a produção e o comércio do café proveniente do estado de Minas Gerais. Finalmente, a terceira e última seção traça reflexões e considerações finais do estudo.

2. A dinâmica capitalista contemporânea na esteira da concentração, da internacionalização e da financeirização dos mercados globais

Um das chaves interpretativas da dinâmica capitalista atual destaca como o comércio internacional se organiza a partir da divisão internacional do trabalho. Minas Gerais, o Brasil e diversos países do Sul Global são historicamente identificados como produtores e exportadores de

matérias-primas. Encontram-se inseridos nas redes de produção global (HENDERSON et al, 2011), porém, via de regra, contribuem com produtos de menor valor agregado e, conseqüentemente, se apropriam de parcelas menos expressivas da renda gerada nas redes de produção.

David Harvey (2004) analisa o movimento de expansão territorial do capital e mostra como ele atua no sentido da estabilização do sistema capitalista, especialmente em períodos de superacumulação, pois cria demanda tanto de investimento quanto de bens de consumo. O autor recupera a leitura de Rosa Luxemburgo em *A acumulação de capital*, sobre o caráter dual do processo de acumulação, para o qual desenvolve o conceito de ‘acumulação por espoliação’. Ambos sustentam a ideia de que a acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’ analisada por Marx, que instaura o processo de exploração da natureza e da força de trabalho, não teria deixado de existir quando a acumulação fruto da reprodução ampliada teve início. Ao invés, o capitalismo seria produto permanente das duas formas de acumulação, ambas organicamente vinculadas e, portanto, somente compreendidas em conjunto. Para Harvey, a expansão por via da espoliação não é, em princípio, exclusividade das periferias, contudo, “é indubitável que algumas de suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2004, p. 142). Na mesma linha, Sassen ressalta que “investimentos usando força de trabalho barata, recursos naturais e terras de baixo custo, são fundamentais para manter abertas as possibilidades de lucro, reeditando processos de ‘acumulação primitiva’ no capitalismo global” (SASSEN, 2013, *apud* SAUER e BORRAS JR, 2016). Em diálogo com esta leitura, Dorre (2015) desenvolve o conceito de *landnahme*, que também expressa o movimento de expansão do capital no espaço-tempo em direção a ambientes não tipicamente capitalistas. Ele explica a dinâmica de expansão capitalista como um movimento de acumulação do capital que engloba mais do que tempos e territórios, pois apropria e comodifica esferas da vida, formas da ação humana e dimensões da personalidade como as estruturas emocionais e as relações sociais que ora se viam desligadas da lógica capitalista.

O caso do café é emblemático nesse sentido. As primeiras mudas de café chegaram ao Brasil, mais especificamente em Belém do Pará, em 1727, trazidas da Guiana Francesa pelo Sargento Mor Francisco de Mello Palheta. A partir daí a cultura do café foi experimentada em estados do Norte e Nordeste, até consolidar-se na região Sudeste em meados do século XIX. Apesar de secular, a produção cafeeira brasileira e mineira em particular ainda se vê inserida de forma bastante desigual na rede de produção global do café. Seu processamento e sua comercialização são controlados por grandes transnacionais do sistema agroalimentar como a Nestlé e Jacobs Douwe Egberts (JDE). Nota-se ainda que a crescente internacionalização e mecanização da produção convive com condições de trabalho precárias, baixa remuneração dos trabalhadores e superexploração da natureza, aspectos que apontam a complexidade e a desigualdade de relações existentes na rede. Exemplo disso são as denúncias de trabalho análogo ao escravo. Somente em 2018, 210 trabalhadores foram resgatados de fazendas de café e entre aquelas flagradas com condições degradantes, está uma que chegou a ser certificada por um selo ligado à multinacional Starbucks. E ainda, dos 50 nomes incluídos na chamada “lista suja” do trabalho escravo publicada no mesmo ano pelo Ministério do Trabalho, quatro vieram de fiscalizações em fazendas de café no estado de Minas Gerais (DIAS, 2018).

2.1 Nas trilhas da desregulamentação do mercado cafeeiro brasileiro

O processo de financeirização do café acentuou-se a partir de 1989, quando foi decretado o fim do sistema estabelecido pelos acordos internacionais de café, que tinha como objetivo controlar a produção e a participação dos países no comércio internacional do café. Naquele ano, o Brasil optou por romper o Acordo Internacional do Café que estabelecia cotas aos países exportadores. A retomada da concertação no mercado internacional ocorreu em 1993, com a volta do sistema de cotas a partir da criação da Associação dos Países Produtores de Café (APPC). Cabe ressaltar, que as dimensões da produção brasileira historicamente colocavam o país em posição privilegiada nos

acordos e decisões internacionais. No plano nacional, desde os primórdios da regulação institucional do mercado cafeeiro no início do século XX, a atuação do Estado sempre esteve em sintonia com os interesses dos empresários do setor. As idas e vindas de criação e extinção de órgãos públicos de regulação foram influenciadas por movimentos da conjuntura nacional e internacional, em alguns períodos mais favoráveis à regulação pública, em outros mais afeita à liberalização do mercado. Cabe notar, contudo, que desde as primeiras iniciativas de regulação pública, o governo brasileiro lançou mão de empréstimos internacionais para financiar a compra de estoques excedentes e impedir a baixa de preços e para a instalação de infraestrutura e logística, com portos, armazéns e estradas.

As primeiras iniciativas de regulação ocorreram em nível estadual, sendo a mais conhecida o Convênio de Taubaté, acordado entre os presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em 1906, o qual visava “valorizar o café, regular seu comércio e promover o aumento de seu consumo” (CABRAL E SÁ, 2000). A entrada do Governo Federal se deu em 1922, com a criação do Instituto Permanente de Defesa do Café (IDPC), criado pelo Decreto 4.548. Entretanto, até o início dos anos 1930, a atuação federal era mais voltada ao atendimento de pressões e eventos emergenciais do que propriamente uma política de planejamento e coordenação para o setor. A situação veio a mudar no contexto da crise de 1929, que reduziu drasticamente a demanda externa, somada à chegada de Getúlio Vargas à presidência da república. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), regulamentado pelo Decreto 20.003/1932; o qual logo veio a ser substituído pelo Departamento Nacional de Café (DNC), em razão daquele ser “excessivamente comprometido com os interesses locais dos estados produtores” (CABRAL e SÁ, 2000). O DNC vigorou até o fim do Estado Novo, tendo sido extinto em 1946 e substituído pela Divisão da Economia Cafeeira, pertencente ao Ministério da Fazenda. Quatro anos mais tarde, a Lei 1.779/1952 criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC), destinado a “executar toda a política econômica do produto, correspondendo a um novo espírito de intervenção” (CABRAL e SÁ, 2000). Em 7 de maio de 1990, o Decreto n. 99.240 extinguiu uma série de órgãos públicos brasileiros, dentre eles o IBC. Segundo Votta, Vian e Pitelli (2006), dentre as mudanças organizacionais e institucionais decorrentes do fim do IBC estão a liberalização dos preços, a eliminação do controle de entrada de novas firmas e do controle do fluxo de produto e a desarticulação nas áreas de pesquisa pública e na provisão de informações. Outra transformação tem a ver com a diversificação do setor, diretamente associada à própria diversificação das tendências no consumo de café. Até o início dos anos 1990, “as empresas de torrefação e moagem compravam os sacos de grãos de café cru diretamente do IBC, que definia os blends a serem feitos. Isto inviabilizava a concorrência entre as empresas via diferenciação de produto” (VOTTA, VIAN e PITELLI, 2006, p. 5). O mesmo IBC era também responsável pela autorização de instalação de novas empresas de torrefação e moagem de café no Brasil e em 1978 autorizou a entrada de multinacionais no setor. Em 1996 foi criado o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual veio a ser extinto no recente Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Duas tendências podem ser percebidas com o fim do IBC, em sintonia com os movimentos de liberalização da década de 1990. A primeira delas tem a ver com a segmentação do mercado de café. Esta se dá “por meio de diferentes blends, graus de torra ou de moagem, visando nichos específicos de consumo. Tais como aromatizados, cafés para máquinas domésticas, expresso, descafeinados, blends especiais etc” (VOTTA, VIAN e PITELLI, 2006, p. 17). Um dos exemplos da consolidação destes novos mercados está ligado à criação da Brazilian Specialty Coffee Association (BSCA) no ano de 1991. Fundada por um conjunto de agricultores, desde então a BSCA trabalha pela ampliação e divulgação do mercado de cafés especiais no Brasil e no exterior; promove cursos e concursos de café; e possui um selo de certificação próprio. A segunda tendência observada diz respeito à regulação de preços no setor. Com a desregulamentação, a precificação passou a ser orientada pela relação entre oferta e demanda no mercado mundial. Desde então, o café commodity

passou a ser inteiramente guiado por preços definidos nas praças financeiras, em especial a Bolsa de Mercadorias de Nova York (NYSE).

Em análise geral do sistema agroalimentar, Isakson (2013) aponta a crescente hegemonia dos mercados de futuros e operações de securitizações (*hedgings*) sobre o processo de precificação e argumenta que o fato não seria necessariamente prejudicial, caso tais mercados não tivessem sido ocupados por toda a sorte de bancos e instituições financeiras que nada tem a ver com o comércio agrícola. Para o autor, o problema emerge quando políticas (públicas) de estoques que antes regulavam e protegiam as transações comerciais – e os preços – das commodities, passaram a ser substituídas por mercados (privados) de derivativos como mecanismos gerenciadores de riscos. Dados apresentados por Fairbairn (2013) mostram que os investidores financeiros, que em 1990 eram 25% dos atores dos mercados futuros agrícolas, passaram a abarcar a totalidade desse mercado em 2010. E o movimento global de commodities (através dos *Commodity Index Funds* (CIF) e *Exchange Traded Funds*) aumentou de US\$ 13 bi em 2003 para US\$ 430 bi em 2013. Sobre a relativa autonomização das securitizações, Spratt (2013, *apud* ISAKSON, 2013) mostra que em 1996, 88% dos contratos de futuros eram feitos com propósitos de securitizar a produção; em 2011, esse número reduziu-se para 40%.

A financeirização da produção é um dos fatores que vem reforçar ainda mais o processo de concentração dos mercados. Um de seus desdobramentos está ligado à distribuição e captura da renda gerada ao longo da cadeia produtiva. Estudo da FAO (2013, *apud* FJP, 2018b) mostrou que a maior parte do valor gerado na rede de produção do café é capturada ou controlada pelos grandes compradores (75%), ao passo que os produtores primários ou agricultores retêm somente de 5 a 10% do valor final de venda no varejo. Enquanto aproximadamente 70% do cultivo global de café advém de pequenas fazendas; a etapa do comércio dos grãos processados ainda não torrados (*trade*) é quase inteiramente controlada por atores internacionais: “o segmento de *trading* é concentrado nos seis maiores comerciantes de café (Neumann, Ecom, Olam, etc), que controlam cerca de metade do volume negociado internacionalmente” (ITC, 2011; PONTE, 2002 *apud* FJP, 2018b, p. 14). O segmento da torrefação, assim como o de *traders*, concentra as maiores corporações do setor, dentre as quais a Nestlé e a Kraft. A comercialização do café no varejo corresponde entre 70 e 80% de todo o consumo cafeeiro no mundo. Nesta etapa a maior parte do lucro é retida pelas grandes redes de supermercado, porém mais recentemente tem crescido o mercado de cafeterias especiais que torram e comercializam cafés comprados diretamente de pequenos produtores.

O estudo de Isakson (2013) também se volta à análise do lugar ocupado pelos supermercados na cadeia global de valor do sistema agroalimentar e mostra como o crescimento da demanda por produtos processados desde os anos 1970 e 1980 veio transformando a distribuição de poder ao longo das cadeias. O autor aponta que a chamada revolução dos supermercados dos anos 1990 – contemporânea da desregulamentação de diversos setores da economia, dentre eles o café – elevou-os à condição dos atores com maior poder dentro do sistema agroalimentar mundial e com estratégias cada vez mais sofisticadas de obtenção de lucros e de interação com a esfera financeira.

2.2 A terra como ativo financeiro e as (novas) formas de extração da renda da terra

A escalada da lógica financeira dos anos 1980 para cá é um dos fatores que acelerou o processo de exploração do trabalho e da natureza, movido pelos interesses de retornos de curto prazo aos acionistas das grandes corporações. A atual imbricação do capital financeiro nas diversas atividades econômicas faz com o que o destino dos investimentos seja escolhido com base nos retornos das opções de riscos. Tanto é assim, que os fundos combinam os investimentos em terra com outros mais arriscados e de maior retorno. Desde a crise de 2007/8, há, de fato, a busca por investimentos mais seguros, com ativos reais e produtivos. Porém, na medida em que é fator de produção, mas também reserva de valor, a terra cria riqueza por meio de um processo de apreciação passiva (especulativo). Isto lhe confere, simultaneamente, características de ativo produtivo e financeiro.

Por tudo isso, ao invés de contrariar a lógica de curto prazo que vem ditando o ritmo da economia global desde os anos 1980, Fairbairn (2013) argumenta que os investimentos em terra foram incorporados a ela. Ou seja, a autora aponta não haver evidências de que a financeirização esteja sendo freada pelos investimentos em terra, ao invés, os mercados de terras estão sendo incorporados à sua órbita.

A principal contribuição teórica para a discussão da renda da terra está presente no trabalho de Rangel (1986). Em *A questão da terra*, o autor chama de quarta renda da terra aquela advinda da especulação. Até então, vigorava o tratamento clássico da renda da terra elaborado pela economia política. No terceiro volume de *O Capital* (MARX, 2011), Marx fala da renda de monopólio, derivada da propriedade da terra. Segundo ele, a terra não tem valor, uma vez que o valor advém do trabalho despendido. Para Marx, a renda da terra não é entendida como a remuneração de um fator de produção, mas um pagamento pelo direito ao uso de uma propriedade. Ligada a ela, há a renda absoluta, existente somente na agricultura, onde a composição orgânica do capital é mais alta do que nos demais setores da economia. Nesse caso, produz-se mais valor (valor-trabalho), o qual vem somar no cálculo geral da renda da terra (ALMEIDA e MONTE-MOR, 2017).

Marx também incorpora os conceitos de rendas diferenciais I e II, desenvolvidos por David Ricardo em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (cap. II) (RICARDO, 1982). A renda diferencial I decorre das características próprias da terra, como a fertilidade e a localização; já a renda diferencial II é explicada pela produtividade da terra em função de diferentes quantidades de capital ali investidos. Isto é, montantes variados de capital rendem produtividades distintas em terras homogêneas. Assim, enquanto a renda diferencial I está ligada ao uso extensivo da terra, a renda adicional, diferencial II, tem a ver com um processo intensivo. À estas três, Rangel agregou a renda especulativa, a quarta renda da terra.

Subjacente a este debate está a percepção de que a terra não é uma mercadoria qualquer, pois não pode ser reproduzida como as demais. É nesse sentido que Polanyi (1980) argumenta que a terra, entendida como natureza, é mercadoria fictícia, juntamente com o trabalho e também o dinheiro, pois nenhuma delas foi concebida para ser transacionada no mercado.

O descolamento entre preços das commodities e preços das terras no Brasil é uma das evidências do tratamento da terra como ativo financeiro, capaz de gerar renda a partir da especulação, conforme elaboração de Rangel (1986). Desde 2011, vivemos um período de redução dos preços das commodities agrícolas, com a derrubada dos preços futuros e quebra de diversas empresas do setor sucroalcooleiro e a redução drástica nos índices de produtividade da soja, por exemplo. Ainda assim, o preço da terra não parou de crescer, “consolidando a lógica da terra como ativo financeiro” (CASTILHO; BASSI e VENDRAME; 2017, p. 5). Flexor e Leite (2017) analisam os dados da Consultoria Economics FNP, que calcula a série histórica do preço das terras no Brasil e mostram que entre 2010 e 2015 o preço médio do hectare brasileiro saltou de R\$ 4.756,00 para R\$ 10.083,00, um crescimento de 112%.

O cruzamento de dados do levantamento da Conab (2017) sobre os custos de produção no café com os da Consultoria FNP¹ sobre o preço das terras para o município de Patrocínio também nos permite concluir que está em curso processo de descolamento semelhante. Localizado na região do Alto Paranaíba, Patrocínio é o município com a maior produção de café de Minas Gerais. Entre os anos de 2008 e 2016, o preço da saca de café em Patrocínio variou de R\$ 251,22 para R\$ 482,24, o que equivale a um aumento de 92%. Por sua vez, a variação no preço das terras entre os anos de 2008 e 2017 foi de 183,7%. Note-se que a inflação no período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 71% entre 2008 e 2016.

A inflação no preço das terras acarreta uma miríade de desdobramentos socioeconômicos que alimentam a tendência de concentração fundiária existente no país, seja pela via da desapropriação de pequenos agricultores, seja pela incorporação de novas terras ao mercado. De um lado, verifica-

1 Os dados do preço das terras levantados pela Consultoria FNP foram adquiridos pelo Grupo de Estudos em mudanças sociais, agronegócio e políticas públicas (Gemap), no âmbito da pesquisa “Por uma sociologia das transformações agrárias no Brasil recente: financeirização da agricultura, apropriação e estrangeirização da terra” (2018-), financiada pelo CNPq.

se um processo semelhante à gentrificação presente nos centros urbanos, com a expulsão de pequenos proprietários, em decorrência do aumento dos custos de produção e reprodução (PHILLIPS, 1993). De outro, áreas de fronteira agrícola, que contam com infraestrutura insuficiente de irrigação e de escoamento da produção – e por isso preços mais vantajosos – vem recebendo incentivos e sendo incorporadas ao mercado.

Cabe notar que o conjunto de políticas públicas de apoio a agricultura teve papel importante para a inserção dos agricultores na lógica financeira. Atualmente, parcela expressiva do crédito agrícola já não é mais fornecida por bancos nacionais ou subsidiada pelo Estado, mas ofertada por *joint ventures* formadas entre as comercializadoras de grãos e as fabricantes de sementes e insumos químicos. Estas empresas fornecem os recursos para o plantio em troca de acordos contratuais em que o produtor destina parte da safra como pagamento pelos insumos recebidos (CASTILHO; BASSI e VENDRAME, 2017). Esta é uma prática corrente na cafeicultura mineira e envolve grandes empresas multinacionais, dentre elas Cargill e Bunge – duas das quatro grandes empresas do ABCD² do agronegócio global. Os *pools de siembra* são outro tipo de arranjo de financiamento agrícola que recentemente adentrou o mercado brasileiro. Concebidos para o desenvolvimento da produção de soja na Argentina dos anos 1980, os *pools de siembra* são uma forma de arrecadação de capital de um conjunto de investidores com o objetivo de viabilizar cultivos agrícolas. A concepção se assemelha àquela das sociedades acionárias e, conforme analisam Gras e Hernandez (2016), sua lógica operativa vem imprimindo profundas alterações no setor rural argentino. Os números da presença deste arranjo de financiamento no Brasil apontam para uma variedade de *pools de siembra* em operação: Cresud/BrasilAgro; AdecoAgro; SLC Agrícola; El Tejar; TIAA CREF Global Agriculture; Vanguarda Agro; Agrex do Brasil/Mitsubishi; TibaAgro; e Genagro (CASTILHO; BASSI e VENDRAME, 2017).

O crédito destinado à produção brasileira e mineira de café advém de fontes públicas e privadas. Dados da Secretaria de Política Agrícola do Mapa indicam que em 2016 o crédito de custeio para o setor do café atingiu o montante de R\$ 4,736 bilhões, distribuído em 72.634 contratos. O estado de Minas Gerais foi responsável por 67,69% dos recursos (R\$ 3,206 bilhões) e 48.822 contratos. Do total do crédito para o café, 19,05% foram financiados pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); 15,58% pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); 11,29% pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e 54,08% não possuíam vínculo institucional identificado pela pesquisa (MAPA, 2017).

Ainda sobre o financiamento da produção agrícola, vale ressaltar que na Argentina, no Brasil e em diversos países do mundo observa-se que a produção primária, agrícola e mineral, responde por uma entre diversas atividades ou fontes de renda extraídas da terra. Ela integra uma série de extensas cadeias produtivas, que abrigam empresas de maquinário agrícola, de insumos e pesticidas, de construção da infraestrutura e da logística e as redes de distribuição e comercialização; cada um dos nós da rede com seu conjunto de atores direta ou indiretamente a eles associados. A expressiva dimensão do sistema agroalimentar advém também do fato de que ele não é feito somente da produção agrícola propriamente dita. Isto é, as atividades que integram o complexo do sistema agroalimentar transcendem em muito a produção agrícola *stricto sensu*. Sauer e Borrás Jr (2016) e Sauer e Leite (2012) analisam como a interrelação dos cultivos agrícolas com as demais atividades da cadeia agroalimentar atrai atores interessados, por exemplo, na produção de maquinário agrícola, de agrotóxicos, bem como do desenvolvimento de infraestrutura em geral – estradas, hidrovias, galpões de armazenagem, etc.

Wilkinson, Reydon e Di Sabbato (2012) mostram que as interações de negócios das empresas do sistema agroalimentar extrapolam em muito a produção agropecuária e adjacências. Ao mapear os protagonistas das transações comerciais de terra no Brasil atual, os autores identificaram oito grupos principais, dentre os quais destacam a novidade que representa o capital financeiro. Ao seu lado encontram-se: a) capitais do próprio setor do agronegócio; b) capitais de setores sinérgicos e

2 Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus são conhecidas como as quatro principais tradings (ABCD) do agronegócio global.

convergentes no agronegócio; c) capitais não tradicionais no agronegócio como empresas de petroquímica, automobilística, logística e construção; d) capital imobiliário em resposta à valorização das terras (imobiliárias agrícolas); e) Estados ricos em capital, mas pobres em recursos naturais; f) fundos de investimento (ganhos com preços das commodities e da terra); e g) investimentos em serviços ambientais.

Novamente, o caso das maiores empresas do setor cafeeiro é elucidativo desta dinâmica contemporânea. Para citar algumas, o Grupo 3 Corações atua em outros segmentos do mercado de alimentos, como cápsulas multibebida, refrescos em pó, achocolatados e derivados de milho; a Melitta atua no setor de celulose, sobretudo voltado à produção dos filtros de papel; a São Braz possui mais de 200 produtos alimentícios, distribuídos em 12 linhas industriais; e a holding Mitsui está presente em negócios com ferro e aço; recursos minerais e metálicos; projetos de transporte; negócios de transporte de cargas gerais; sistemas de transporte integrados – automotivos, mineração; químico; agronegócios; alimentos e varejo; bens de consumo; energia; negócios em TI; e logística.

3. Dimensões da produção e da comercialização do café mineiro na atualidade

O estado de Minas Gerais detém expressiva importância territorial, populacional, econômica e política no Brasil. É um estado comumente identificado à ruralidade e possui população extensa e dispersa: são 22 milhões de habitantes (o segundo estado mais populoso da federação), distribuídos em 853 municípios (estado com o maior número de municípios do país). Contudo, cabe notar que a ocupação rural da região só veio a acontecer com o declínio da mineração ao longo do século XIX. A agricultura e a pecuária adquiriram importância, e o fato daquela população que girava em torno da mineração, inclusive o vasto contingente de escravos, não ter emigrado, é um indicador de dinamização da economia. A expansão dos circuitos socioeconômicos entre as localidades criou as bases para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo de cereais e da pecuária bovina e suína, que mais tarde viram o desenvolvimento de expressivas cadeias produtivas de carne e leite. Assim como nos demais estados da região Sudeste, a cultura do café veio a se firmar em meados do século XIX. Desde então, trouxe consigo ferrovias e financiamento para indústrias – agroindústrias e têxteis; e já naquele período existiram investimentos estrangeiros em setores específicos (DULCI, 2016).

Os dados mais recentes fornecidos pela Fundação João Pinheiro indicam que em 2016 a maior parte do PIB mineiro (valor bruto da produção) adveio das atividades de “serviços” (51,9%); seguidas da “indústria” (40,9%); e da “agropecuária” (7,2%). No que tange ao valor adicionado da produção mineira em relação ao total da produção brasileira, tem-se que a “agropecuária” contribui com 10,8%; seguida da “indústria” (10,3%) e dos “serviços” (8,2%) (FJP, 2018a).

Da produção agrícola, apesar de grande parte ser destinada ao mercado interno mineiro e brasileiro, parcela expressiva é exportada – Minas é o 5o maior exportador no setor do agronegócio nacional. Dados da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento (Seapa) informam que, em 2017, as exportações do agronegócio mineiro responderam por 8,3% das exportações do agronegócio do país. As exportações agrícolas correspondem a 31,4% das exportações do estado, as quais têm no “café e derivados” (43,4%); nos produtos do “complexo sucroalcooleiro” (16,5%); do “complexo soja” (13,9%); nas “carnes” (12,1%); e nos “produtos florestais” (8,1%) os principais itens da pauta de exportação. A extração mineral “vendas de minérios e produtos metalúrgicos” responde por 50,8% das exportações mineiras (SEAPA, 2018). Ressalta-se ainda que dos cinco principais municípios exportadores do estado, os dois primeiros (Varginha e Guaxupé) são produtores de café.

No que diz respeito ao café em particular, Minas Gerais se apresenta como o principal estado produtor e exportador do Brasil (CONAB, 2017). Em 2018 destinou 1,002 milhões de hectares para seu cultivo, os quais produziram 31,9 milhões de sacas (60kg) de café, o que resultou em uma produtividade média de 33 sacas por hectare. Em valores monetários, a produção de 2017 gerou R\$ 10,7 bilhões de reais e o valor médio das sacas foi de R\$ 493,3. Neste mesmo ano, a produção

mineira ocupou 52,64% da área de cultivo do café no Brasil, produziu 54,36% do café nacional e foi responsável por 57,97% do valor produzido (SEAPA, 2019).

A presença de investimentos estrangeiros na agricultura mineira não é novidade e deve ser analisada em perspectiva histórica. Dentre os casos mais conhecidos, podemos citar o projeto no Vale do Jaíba nos anos 1970, a indústria de celulose no Norte de Minas, assim como os setores da cana e do café, cada vez mais controlados por estrangeiros.

No contexto da globalização, a internacionalização e a concentração dos mercados aparecem como par quase inexorável e o café não foge a esta tendência. Dados de 2018 da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) indicam que as 10 maiores empresas do setor respondem por 78,03% da produção de café no Brasil (ABIC, 2018). Em 2002, as 10 maiores empresas concentravam 41,69% da produção (SILVA, AZEVEDO e JÚNIOR, 2017).

Quadro 1: As dez maiores empresas associadas da Associação Brasileira da Indústria de Café em 2004 e 2018

2004	2018
Sara Lee Cafés do Brasil Ltda.*	Grupo Três Corações
Santa Clara Ind. e Com. de Alimentos Ltda.	Jacobs Douwe Egberts Br Com. De Cafés Ltda*
Mellita do Brasil Ind. e Com. Ltda.	Inds. Aliments. Marata Ltda.
Café Damasco Ltda	Melitta Do Brasil Ind. E Com. Ltda.
Cia. Cacique de Café Solúvel	Mitsui Alimentos Ltda.
Mitsui Alimentos Ltda.	São Braz S/A Ind. E Com. De Alimentos S.A
Café Bom Dia Ltda.	Coop. Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - Cooxupe
Café Três Corações s/a.	Café Bom Dia Ltda.
São Braz s/a Ind. e Com. de Alimentos S.A.	Café Pacaembu Ltda.
Moka Trading Company Ltda.	Café Rancheiro Agro Indl. Ltda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Silva, Azevedo e Júnior (2017) para o ano de 2004 e da ABIC para o ano de 2018.

*Em junho de 2012 a empresa Sara Lee, até então uma das protagonistas do processo de concentração do mercado de café no Brasil, foi extinta e dividida em duas companhias: Hillshire Brands e D.E Master Blenders 1753. Esta última voltada aos setores de bebidas (dentre eles o café) e panificação formou, em 2014, a joint venture JDE com a empresa norte-americana Mondelez, com sede na Holanda.

A comparação das dez maiores empresas nos anos de 2004 e 2018 reforça o movimento de internacionalização do setor. A presença de multinacionais entre as cinco maiores empresas, passou de 2 (Sara Lee e Melitta) para 4 (Grupo 3 Corações; JDE; Melitta e Mitsui) no período analisado.

O mesmo estudo de Silva, Azevedo e Júnior (2017) identificou 30 operações de fusões e aquisições no mercado de café brasileiro entre os anos 1990 e março de 2016. Destas, 17 envolveram corporações de origem estrangeira. O quadro 2, a seguir, traz uma síntese das operações no período:

Quadro 2: Relação das operações de fusão e aquisição no setor cafeeiro brasileiro entre 1990 e março de 2016

Adquirente	Origem	Adquirida	Estado	Ano
Mitsui & co Ltd	Japão	Mitsui-Yoshioka	SP	1990
Grupo Branco Peres	Brasil	Café do Centro	SP	1991
Café Damasco	Brasil	Café Negresco	PR	1996
Sara Lee	EUA	Café do Ponto	SP	1998
Sara Lee	EUA	Café Seletto	SP	1998
Café Damasco	Brasil	Café Pacheco	RS	1999
Sara Lee	EUA	Ativos de café da Cia União	SP	2000
Nhá Benta Alimentos	Brasil	Café Tiradentes	SP	2000
Strauss	Israel	Café Três Corações	MG	2001
Sagafredo Zaneti	Itália	Café Nacional	MG	2001
Minas Export	Brasil	Café Moka	SP	2003
Café Damasco	Brasil	Café América	BA	2003
Café Damasco	Brasil	Café Palheta	RJ	2004
Santa Clara	Brasil	Café Pimpinella	RJ	2004
Strauss	Israel	Santa Clara (50% - joint venture)	RN	2006
Café Yoko	Brasil	Café Minas Rio	MG	2006
Melitta	Alemanha	Café Bom Jesus	RS	2007
Lavazza	Itália	Café Grão Nobre	RJ	2008
Sara Lee	EUA	Café Moka	SP	2008
Strauss/Santa Clara	Israel/Brasil	Café Letícia	MG	2009
Lavazza	Itália	Café Terra Brasil	SP	2009
Sara Lee	EUA	Minas Export	MG	2009
Sara Lee	EUA	Café Damasco	PR	2010
Grupo 3 Corações	Israel/Brasil	Café Fino Grão	MG	2011
Foods Alimentos	Brasil	Marca Café Seletto	SP	2012
Grupo 3 Corações	Israel/Brasil	Café Itamaraty	PR	2014
Brasil Espresso	Brasil	Café Astro	MG	2014
Café Três Marias	Brasil	Café Solúvel Brasília	MG	2015
Grupo 3 Corações	Israel/Brasil	Marcas de café da Cia Iguazu	PR	2016
Brasil Espresso	Brasil	Madame Dórvilliers	SP	2016
Jacobs Douwe Egberts	Holanda	Foods Alimentos	MG	2016
AC Café	Brasil	Café do Centro	SP	s.d

Fonte: Silva, Azevedo e Júnior, 2017, p. 40.

No que diz respeito à distribuição geográfica das operações, os autores mostram que o estado de São Paulo concentrou 39% delas, seguido de Minas Gerais (26%), Paraná (13%), Rio de Janeiro (9%) e outros estados (13%). A maior concentração na região Sudeste reflete a própria distribuição geográfica das torrefadoras brasileiras, localizadas na região de maior concentração populacional e econômica do país (SILVA, AZEVEDO e JÚNIOR, 2017).

Um caso emblemático do processo de internacionalização situado na região sul de Minas Gerais é o da Ipanema Coffees. A empresa foi fundada em 1969 por Luiz Cyrillo Fernandes, cuja família já produzia café na região desde os anos 1880. Fernandes adquiriu terras na região de Alfenas/MG e com a liberalização do mercado de café no início dos anos 1990, a empresa cresceu e investiu em inovações administrativas e tecnológicas. Semelhante ao processo analisado por Gras e Hernandez (2016) a respeito das transformações no padrão de gestão do negócio rural na Argentina, a Ipanema

Coffees é exemplo de empresa administrada por *Chief Executive Officer* (CEO), possui programa de *Trainee* para a atração de funcionários e opera em lógica distinta daquela de empresas familiares, tradicionais no meio rural. De capital aberto, as ações da Ipanema Coffee são compartilhadas por capital alemão (Tchibo), japonês (Mitsubishi) e norueguês (Friele). As três fazendas no sul do estado de Minas Gerais, duas em Alfenas e uma em Conceição do Rio Verde, somam mais de 14 milhões de pés de café, cultivados em mais de 3.500 ha de terras (ROCHA, 2017). A empresa possui 700 funcionários permanentes, podendo chegar a 2.000 na época de colheita. Na safra de 2016/17, colheu mais de 88 mil sacas de café, comprou 25 mil sacas de produtores locais e exportou cerca de 70 mil para clientes na Europa, Ásia e Estados Unidos (ROCHA, 2017).

Outro aspecto associado à internacionalização no setor cafeeiro tem a ver com as recentes mudanças no consumo da bebida, sobretudo no que tange aos novos mercados de café em cápsulas. Silva, Azevedo e Júnior (2017) analisam os dados de exportação e importação de café no Brasil e mostram que vivenciamos uma tendência de redução no volume exportado – em função do aumento do mercado interno e do valor do câmbio – ao mesmo tempo em que aumentamos sobremaneira nossa importação de café, a qual pode ser explicada pelo avanço do segmento de cafés em cápsulas. A presença das holdings possibilita que o café brasileiro seja exportado para o exterior e volte ao nosso mercado após passar por processos de torrefação e beneficiamento, cujo valor agregado se vê em grande medida retido naqueles países.

O segmento de café em cápsulas é dominado pelas multinacionais do setor cafeeiro, em especial pelas empresas Nestlé, JDE, Lavazza, Ponto Br e Melitta. A incorporação de tecnologia na produção do café trouxe à baila o desenvolvimento de patentes que visam a captura da renda gerada na produção e comercialização do grão. Estudo da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO, 2017) mostrou que “os reais donos do café não são aqueles que o produzem. Mas os que os transformam, registram patentes e vendem como produtos exclusivos” (CHADE, 2017). O desenvolvimento de patentes é um indicador da destinação da renda. No caso do café, o estudo apontou que os EUA detêm quase 10 mil patentes, seguido de quase 6 mil na Suíça, 5 mil na Alemanha e 2,4 mil na China, a maior parte delas ligadas ao processamento de grãos e desenvolvimento de marcas. À época (2017), haviam somente 65 patentes brasileiras envolvendo a produção de café. No que diz respeito aos desenhos industriais para a produção final do café, ressalta-se que os EUA possuem mais de 500, ao passo que o Brasil não possui nenhuma patente sequer. E em termos de marcas, são mais de 2,7 mil na Itália, ao passo que há apenas 260 no Brasil (CHADE, 2017).

O mercado de cafés especiais tem se apresentado como uma alternativa para a geração e captura da renda pelos próprios agricultores e pequenas torrefações. Ativos intangíveis ligados à natureza e à origem social do café têm sido cada vez mais valorizados entre os consumidores da bebida, os quais associam seu consumo à vivência de uma experiência, que leva em conta aspectos sociais, ambientais e o sabor.

4. Considerações Finais

Os dados analisados em nosso estudo mostram como os conceitos de internacionalização, globalização e financeirização apresentam-se como chaves analíticas fundamentais para a compreensão do que se passa hoje na agricultura em âmbito global. O retorno dos debates acadêmicos sobre a renda da terra está diretamente ligado ao desenvolvimento de novas formas de extração de renda do ativo terra, as quais vêm sendo impulsionadas pela associação dos capitais financeiro, industrial, agrícola e as combinações deles derivadas – crédito agrícola, capital agroindustrial, etc – do tempo presente.

Uma das questões ligadas ao processo de concentração e internacionalização do mercado cafeeiro brasileiro tem a ver com o imaginário social sobre o que é o rural no Brasil – e no mundo – nos dias de hoje. Os dados nos levam a problematizar e, em certa medida, a contestar o imaginário social, que associa a produção agropecuária com o capital nacional. O caso do café é ainda mais

emblemático, dada a relação deste produto com o próprio desenvolvimento da indústria brasileira na virada do século XIX para o século XX. O lugar do Brasil como o maior produtor de café do mundo ao mesmo tempo em que é fonte de orgulho nacional, acaba por atrair investimentos estrangeiros para esta cadeia produtiva, seja no ramo do café commodity, seja nos novos e promissores mercados de cafés especiais.

Outro aspecto chave para a compreensão dos processos em curso é a diversidade de produtores, formas de contratação da mão de obra e, mais recentemente, a diversidade de tendências de consumo do café. A pluralidade de configurações produtivas e das recentes transformações na dinâmica capitalista dos últimos anos acarreta impactos também diversos sobre as agriculturas domésticas e sobre as populações que vivem da agricultura. Dependem da inserção de cada país na rede de produção global da agricultura e da balança de poder entre as classes em cada país. As desigualdades em âmbito internacional também se reproduzem dentro dos países, de maneira que, de modo geral, as populações rurais têm sido muito pressionadas e diretamente impactadas, por um lado, pela crescente padronização e especialização agrícola, e por outro, pelo aumento da concentração das cadeias agroalimentares.

Desde fins da década de 1980 vimos um processo de enfraquecimento da regulação pública do setor cafeeiro no Brasil e no mundo. Instituições e órgãos públicos de regulação do mercado do café foram paulatinamente sendo extintos e substituídos por mecanismos de regulação privada. No Brasil, a última mudança nesse sentido ocorreu com a extinção do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), em abril de 2019.

Os fenômenos da globalização e da financeirização impõem desafios aos quadros analíticos dos quais dispomos, pois produzem novos arranjos econômicos, políticos e sociais, ao mesmo tempo em que combinam diferentes escalas (locais, nacionais, regionais, global). Como vimos, tais desafios também se aplicam aos estudos sobre a terra, o sistema agroalimentar e o mercado global de terras. Verificam-se novas formas de extração da renda da terra; novos dispositivos e proporções da especulação fundiária, tanto urbana quanto rural; associação entre capitais agrícola, industrial e financeiro; o deslocamento de atores que capturam valor das redes de produção global agroalimentares; e muitos outros fenômenos em curso que merecem atenção sociopolítica e analítica.

Para finalizar, ressaltamos que o tema de controle de terras por estrangeiros se apresenta como uma das questões importantes da economia política agrária contemporânea, mas certamente não é a única. Mais do que um tema novo, trata-se de uma questão que nasce das transformações e reconfigurações econômicas, sociais e políticas de nosso tempo e que, portanto, se liga à questões clássicas como i) a expulsão e a expropriação de agricultores e camponeses; ii) o debate da reforma agrária e da desconcentração fundiária; iii) o reconhecimento e a valorização dos sujeitos do campo, das florestas e das águas e seu direito à terra e ao território; vi) a segurança e a soberania alimentar, hídrica e energética das populações; v) a distribuição da riqueza produzida entre os países do mundo e entre os grupos e classes sociais em cada país; etc.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Renan; MONTE-MOR, Roberto. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. *Revista de Economia Política*. Vol. 37, n. 2 (147); pp. 417-436; abr-jun, 2017.

CABRAL, Lígia Martins; SÁ, Ana Cristina. Instituto Brasileiro do Café (IBC). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc> (Acesso em 7 de maio de 2019).

CASTILHO, Alceu; BASSI, Bruno; VENDRAME, Fábio. O controle de terras por estrangeiros no Brasil. São Paulo: *Análise/Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil*, No 35; out/2017.

CHADE, Jamil. Importadores de café recebem o triplo do que ganham os produtores do grão. *Jornal O Estado de São Paulo*; 20 nov/2017.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A cultura do café: Análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos safra 2008 a 2017. *Compêndio de Estudos Conab*. V. 12, 2017.

DIAS, João Cesar. Condições de trabalho nos cafezais são as piores dos últimos 15 anos. *Repórter Brasil*, 10 de dez/2018. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2018/12/record-de-casos-de-trabalho-escravo-em-fazendas-de-cafe/> (Acesso em 25 de março de 2019).

DORRE, Klaus. A nova ‘Landnahme’. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. *Direito & Práxis*, v.6, n.12, 2015.

DULCI, Otavio. *Minas Gerais 2000-2015*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

FAIRBAIRN, Madeleine. “‘Like Gold with Yield’”: Evolving intersections between farmland and finance’. *Food Sovereignty: A Critical Dialogue*. International Conference September 14-15, 2013.

FLEXOR, George; LEITE, Sérgio. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, v. 39, n.2, may/aug, 2017.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: The rise and fall of the postwar food order. *American Journal of Sociology*, jan, 1982.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Phillip. Agriculture and the State System: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, vol XXIX, 1989.

Fundação João Pinheiro (FJP). Produto Interno Bruto de Minas Gerais: 2016. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018a. Disponível em <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/890-serie-estatistica-a-informacoes-n-16-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-2016site/file> (Acesso em 04 de abril de 2019).

_____. A produção de café em Minas Gerais: desafios para a industrialização. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018b. Disponível em <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/885-serie-estatistica-a-informacoes-n-14-a-producao-de-cafe-de-minas-gerais-desafios-para-a-industrializacaosite1912/file> (Acesso em 04 de abril de 2019).

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. *Radiografía del nuevo campo argentino: Del terraniente al empresario transnacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo: Acumulação por espoliação. *Socialist Register*, 2004.

HENDERSON, Jeffrey *et al.* Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

ISAKSON, Ryan. Financialization and the transformation of agro-food supply chains: A political economy. *Food Sovereignty: A Critical Dialogue*. International Conference September 14-15, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1985.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Sumário Executivo: Café. Out/2017. Disponível em http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/SumarioExecutivoCafe_Outubro2017.pdf (Acesso em 04 de abril de 2019).

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PHILLIPS, Martin. Rural gentrification and the process of class colonisation. *Journal of Rural Studies*; Vol. 9, issue 2, pp. 123-140, Abr, 1993.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RANGEL, Ignacio. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n.4, out./dez., 1986.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROCHA, Alda. Ipanema vislumbra dobrar produção de café em 10 anos. *Jornal Valor Econômico*, 19 jan/2017.

SAUER, Sérgio e BORRAS JR, Saturnino. Land grabbing e green grabbing: Uma leitura da corrida na produção acadêmica. *Campo - Território*, 2016.

SAUER, Sergio; LEITE, Sergio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. Piracicaba: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 50, N. 03, Jul/Set, 2012.

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG). Relatórios da Agricultura: Café, março/2019. Disponível em [http://www.reformaagraria.mg.gov.br/images/documentos/perfil_cafe_mar_2019\[1\].pdf](http://www.reformaagraria.mg.gov.br/images/documentos/perfil_cafe_mar_2019[1].pdf). (Acesso em 04 de abril de 2019).

SILVA, Eduardo; AZEVEDO, Angélica; e JUNIOR, Luiz Gonzaga. Transformações recentes na indústria brasileira de café. *Gestão e desenvolvimento em Revista*. V.1, n. 1, jan-jun, 2017, pp. 35-47.

VOTTA, Tiago; VIAN, Carlos Eduardo; PITELLI, Mariusa. A desregulamentação no mercado de café torrado e moído e a emergência de campos organizacionais: Uma análise prospectiva e uma agenda de pesquisa. In: XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006,

Fortaleza. *Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*, 2006. V.44.

WILKINSON, John, REYDON, Bastiaan e Di SABBATO, Alberto. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*. Vol. 33, no. 4, 2012, p. 417-438.

WILLIAMS, Steve. et al. *Globalization and work*. Cambridge: Polity Press, 2013.

World Intellectual Property Organization (WIPO). Intangible capital in global value chains. World Intellectual Property Report, 2017. Disponível em <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4225> (Acesso em 10 de maio de 2017).